



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: MILTON LEITE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27-02-14

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com as presenças dos Vereadores Milton Leite, Vice-Presidente em exercício e Vereador Paulo Fiorilo.

Na qualidade de Vice-Presidente, da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 1ª audiência pública de 2014.

Esta audiência tem como objetivo cumprir o disposto no artigo 9, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On-Line.

Foram convidados o Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, que indicou como representante o Sr. Antônio Paulo Gurgel Medeiros, Secretário Adjunto, que se faz presente. Convidado também o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que indicou o Sr. Gláucio Teixeira Tavares, Agente de Fiscalização, que, conforme documentos vazados nos seguintes termos do egrégio Tribunal de Contas do Município: “Em atenção ao ofício, da Comissão de Finanças e Orçamento, 02/2014, consigno a presente para informar a V.Exa. que o servidor Gláucio Teixeira Tavares, RF 2146, da Fiscalização e Controle desta Casa, participará da audiência pública, atendendo ao artigo 9, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, a realizar-se no dia 27 futuro. Nesta oportunidade, firmo protestos de considerações, desejando, desde já, que os trabalhos tenham sucesso. Respeitosamente, Miguel Kirsten, Chefe de Gabinete da Presidência.”.

Audiência pública. Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de setembro, maio e

fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas.

Foram convidados o Sr. Marcos, está aqui o Secretário Adjunto, e o Sr. Gláucio, representante do Tribunal de Contas.

Primeiro abrirei a palavra ao Secretário Adjunto, para que ele possa fazer uma demonstração daquilo que entende como necessário ao cumprimento ao artigo 9º.

Sr. Secretário, por favor, tem V.Exa. a palavra, pelo tempo que for necessário.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Senhores Vereadores boa tarde. Boa tarde a todos os presentes. Meu nome é Antônio Paulo, sou Secretário Adjunto de Finanças, com muita satisfação venho fazer a apresentação do resultado quadrimestral, do último quadrimestre de 2013.

Farei uma breve apresentação, que ficará disponível para todos que quiserem, depois poderemos encaminhar.

Acho que sobre o resumo do que conseguimos em 2013, eu falarei da seguinte forma: foi um ano de importantes ajustes fiscais. Nós tivemos uma grande preocupação, ao longo do ano de 2013, de segurar o custeio, rever onde estávamos gastando dinheiro e tentar otimizar a aplicação de recursos.

- Orador passa a referir-se à imagem de projeção.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Nos primeiros *slides*, por favor, pode passar.

Primeiro vamos falar rapidamente das receitas, depois das despesas e mostraremos um pouco os resultados. Com relação às receitas, salientamos o crescimento do ano das receitas correntes e das receitas de capital.

É claro que houve um crescimento menor das receitas de capital, no ano de 2013, uma vez que, no ano de 2012, ocorreram várias captações de recursos a partir de emissão de Cepac. O que não realizamos em 2013 por estarmos avaliando as operações urbanas e também porque os recursos estão disponíveis em conta e nós vamos utilizá-los e aplicá-los.

Abrindo mais as receitas correntes, observa-se que a arrecadação tributária do Município vai bem, estamos realizando esforços em diversas áreas e ela mantém um crescimento em linha. Esse crescimento depende muito – a nossa maior receita – do desempenho da economia, especialmente do setor de serviços por conta do ISS. Com relação às outras receitas, ressaltamos as receitas de transferências, que tiveram um bom avanço no ano de 2013.

O IPTU, em 2013, teve o crescimento basicamente pela atualização da inflação e um pequeno aumento da base, como acontece todo o ano. No caso do ISS, a gente fica dependendo do desempenho do setor de serviços na Cidade. Fizemos diversas ações no ISS ao longo de 2013 e continuamos a fazer em 2014 de forma a melhorar a eficiência dessa arrecadação. Estamos atuando em diversos setores para que a gente melhore todos os procedimentos.

O ITBI teve um crescimento maior. A gente vem ajustando a Planta de Valores de ITBI de forma que ele fique o mais próximo possível do valor de mercado. É importante ressaltar o crescimento do ICMS, que foi decorrente do programa de parcelamento que o Estado fez, em 2013, e que acabou gerando uma receita adicional que pode nos auxiliar.

Comparamos Estado, Município e União. Gostaria de ressaltar o Estado, que teve uma grande arrecadação de parcelamento de débitos, PEP, algo semelhante com o que temos e chamamos de PPI. Eles arrecadaram mais de seis bilhões de reais dos quais uma parcela veio para a gente sob a forma de repasse da cota parte de ICMS e um pedacinho com relação ao Fundeb.

Se estornarmos o PEP do Estado do crescimento da Prefeitura de São Paulo, mesmo assim ela está com um crescimento bem razoável se comparado com os outros entes. Se comparar a Prefeitura de São Paulo com os outros municípios grandes, só o Município do Rio de Janeiro teve um crescimento um pouco maior do que o nosso, especialmente no ISS. Isso é consequência de um programa de parcelamento que o Rio de Janeiro fez. Quer dizer, se

tirasse o efeito desse programa de parcelamento, o Município de São Paulo teria crescido mais. Realmente, a arrecadação do Município de São Paulo está em linha, estamos indo bem, mas sempre tentando melhorar os nossos procedimentos.

Receita de capital. O ano de 2013 foi importante para que conseguíssemos ordenar a estrutura administrativa da Prefeitura de forma a conseguirmos maximizar a entrada de recursos, principalmente os federais, recursos do PAC. Esse é um trabalho em longo prazo e que começou a gerar resultados no final de 2013. As transferências de capital já começaram a subir, e assinamos uma série de contratos com o Governo Federal para transferência de recursos federais. Mas também recebemos outros recursos, como, por exemplo, os recursos que vêm do pagamento do faturamento da Sabesp, que entra no fundo, o FMSAI, que também utilizamos para investimentos.

Despesas. No ano de 2013, visamos bastante a um ajuste fiscal no Município. Diversas medidas foram tomadas no começo do ano, como renegociação de contratos, revisão de índices de atualização desses controles e controle da Administração Indireta, obviamente, dentro da legalidade. Também criamos uma coordenação específica para olhar a Administração Direta e assinamos compromissos de desempenho com gestores. Enfim, uma série de medidas está realmente sendo tomada para segurarmos o custeio e deu resultado.

A despesa corrente cresceu 7,6% em 2013 em comparação com o crescimento que vinha aumentando cada vez mais. Em 2011, foi de 11,4%; em 2012, de 12,9%. Conseguimos fazer em 2013 com que a despesa crescesse um pouco menos do que a receita, o que não estava acontecendo. Então, revertemos uma tendência extremamente perigosa para o Município.

Principais elementos de despesa: pessoal, encargos, juros, encargos da dívida e outras despesas correntes. Comentei há pouco com os senhores sobre o esforço em outras despesas correntes, inclusive a parte de serviço com terceiros. Foi realmente um esforço grande de contenção que fizemos.

Em relação ao pessoal em cargos, o crescimento do pessoal ativo foi menor do que nos outros anos. O que fez com que o crescimento de pessoal em cargos continuasse em torno de 11 e pouco por cento foi o crescimento dos inativos e pensionistas. Efetivamente, o crescimento de inativos e pensionistas continua forte e é algo que não conseguimos segurar, porque existe a expectativa de vida dos servidores, que vão se aposentando e se tornando inativos, e existe a questão da paridade e uma série de outros problemas.

Em relação ao pessoal ativo, estamos em linha e foi um crescimento, se não me engano, de 7 e pouco por cento.

Em relação à despesa de capital, o que vale a pena comentar é que empenhamos investimentos mais do que em 2012. Essa é uma informação extremamente relevante – e temos um gráfico que exemplifica isso – porque mostra que, a cada ciclo de governo, quatro anos, há um ciclo de investimentos. No primeiro ano, há um nível de investimentos mais baixo, ele vai subindo ao longo dos anos e, no último ano de gestão, há um nível de investimentos mais alto. Quando há uma mudança de gestão, um novo governo, mesmo que seja um reeleito, há uma queda do nível dos investimentos, que depois volta a subir. Apesar de haver várias explicações e ser bem razoável, essa tendência é natural.

O que conseguimos fazer em 2013 foi investir mais do que o último ano da gestão anterior, ou seja, já iniciamos esse novo ciclo de gestão com um ritmo de investimentos maior do que o último ano, naquele momento em que a gestão anterior estava mais acelerada. Investimos 3,8 bilhões, sendo que, em 2012, foram 3,5 bilhões.

Essa é uma informação bastante relevante e acreditamos que essa tendência continue e vamos alavancar cada vez mais a nossa capacidade de investimentos.

Temos um montante de restos a pagar, que está sendo executado agora em 2014. Essa é a tendência normal da Prefeitura, o que ocorreu em 2013: há um determinado nível de cancelamentos e executamos uma parcela deles.

Resultados. O primeiro a ser informado é o orçamentário. O pequeno valor negativo

no resultado orçamentário é bem compreensível e razoável, uma vez que temos saldo em caixa. Portanto, é razoável que a Prefeitura, durante alguns anos apresente um pequeno resultado negativo orçamentário para que ela possa consumir um pouco dos seus recursos que estão em caixa. A tendência será essa provavelmente nos próximos anos.

O resultado primário já mostra a economia que a Prefeitura fez para pagamento de dívida. É claro que o valor da nossa dívida é bem elevado e, por mais que façamos poupança, não conseguiremos chegar a uma situação confortável de dívida. Mas o resultado primário ocorre e trabalhamos com ele e chegamos. A nossa meta era de 1,3 bilhão aproximadamente e chegamos a 2 bilhões de reais de resultado primário, que são aquelas receitas e despesas, fora o pagamento e recebimento de dívidas.

Em relação ao resultado nominal, que mede basicamente a diferença do estoque da dívida líquida, também atingimos. Quanto menor, melhor, claro, porque, sem a variação da dívida líquida, se o resultado nominal é menor, significa que a dívida cresceu menos. Enfim, podemos chamar de déficit nominal e superávit primário. Tivemos um déficit de 2,9, sendo que a meta era de 8,5.

Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos sabem que, em relação a gasto de pessoal, estamos bem abaixo do limite, o que é bom para a Prefeitura de São Paulo. Outros entes da Federação não têm essa situação. Estamos em torno de 35%, sendo que o limite prudencial é 57%.

Em relação à concessão de garantias e operações de crédito, é óbvio que estamos atingindo uma vez que não temos possibilidade de hoje realizar tais operações.

Com relação à dívida consolidada líquida, este gráfico mostra nossa dívida de fechamento de ano. Está em torno de 65 bilhões de reais, e quanto teria de ter para realizarmos alguma operação de crédito. Ou seja, se tivesse menos de 46 bilhões de reais estaria dentro do limite prudencial das resoluções do Senado da República para eu poder contratar dívida nova. Mas estou bem longe, como os senhores podem ver.

O próximo mostra a trajetória ao longo do tempo, quer dizer, o Município de São Paulo está se esforçando para reduzir a sua dívida, mas infelizmente estamos bem longe do limite de endividamento que nos possibilitaria realizar novas operações de crédito.

A próxima tabela é a fotografia da nossa dívida com a União, que é o nosso grande problema. Em 2012 eram 53 bilhões e em 2013 são 58 bilhões, e isso vem acontecendo nos últimos anos. Ou seja, pagamos, mas cresce porque acumula um resíduo.

Senhores, rapidamente, era isso que eu queria falar.

Estou à disposição para as perguntas necessárias.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Paulo, queria ouvir do Secretário, mas ele escapou, vai então você. Vamos começar com a questão da dívida. Estamos com 58, e a dívida é consequência da federalização dos créditos da época do Maluf, que gerou a dívida. Correto?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Correto.

**P** – Isso é um absurdo. E você fala, em nome da Secretaria, que tem realizado esforços... Se olharmos o espelho, toda vez que você fala: temos débito, nós temos crédito. Também temos crédito. A dívida ativa nossa está inscrita em quais valores?

**R** – Eu não sei exatamente de cabeça, mas é algo próximo de 50 bilhões de reais, quase.

**P** – São 56, para ser mais preciso. Estamos bem perto... Se olharmos um pouco melhor, vamos ver que temos 42 de ISS. A pergunta que faço a você é se olharmos mais para dentro vamos observar que dos 42, 30 é banco; e que nós não ganhamos uma, e que a Procuradoria do Município de São Paulo não dá um passo para resolver o problema do banco, do ISS dos bancos que nós temos. São dívidas legítimas, estou errado?

**R** – Eu não tenho detalhes da dívida ativa, agora, uma parte desse ativo nosso, chamado Dívida Ativa, ele não é de fácil recuperação.

**P** – Não é de fácil recuperação enquanto nós tivermos a Procuradoria desse jeito...



Nós não ganhamos uma, perdemos prazo, perdemos tudo, os procuradores do Município de São Paulo – com todo respeito que tenho a eles – vivem de cobrar dos pobres, da classe média. Para isso é uma maravilha, só não logram êxito contra os bancos, contra os bancos não ganham. O prazo não vai, não anda, não chega, empurram com a barriga, e dizem aqui que estão fazendo esforço... Paulo, por isso eu falei, ia sobrar pra você eu dizer isso!

**R** – Não, não... Eu acho que o senhor está na sua função. Com relação à dívida ativa, ela... As informações que nós temos, realizamos diversas reuniões com a Procuradoria, a gente acredita nos esforços que estão realizando. E uma parte significativa dos débitos do ISS é de muito difícil recuperação. É diferente do passivo que temos em nossa dívida com a União, enfim, se eu trazer a dívida a valor presente, ela vai valer mais 100% por causa do valor dos juros.

**P** – E você nos diz que faz reuniões constantes... Quanto a Caixa Econômica e o Banco do Brasil têm ajuizado em ação contra Prefeitura ou a Prefeitura com os dois bancos?

**R** – Eu não tenho essa informação.

**P** – Mas há ISS com outros bancos?

**R** – Provável, eu não sei.

**P** – Para ser honesto, são mais ou menos 10 bilhões, nos dois, e nós não conseguimos dinheiro para fazer contrapartida contra a Caixa. Não há contrapartida, hoje não há dinheiro para ofertar contrapartida dos empréstimos que temos com a Caixa, e eles nos devem na outra ponta. Quer dizer, queria o Secretário aqui para debater... Sei que você o representa, mas a minha fala... A pergunta é: por que debateram isso com a Caixa? O que não dá para entender é que: se falarmos em renegociação da dívida, está tudo certo. O Governo Federal não quer renegociar, porque, se não, a reclassificação do Brasil vai cair, os investimentos externos não virão, o ajuste fiscal que precisava fazer, o Federal, não fez, eu não acredito mais na renegociação da dívida. Não que eu seja pessimista, mas não acredito. A pergunta que se faz é a seguinte: se a Caixa e o Banco do Brasil devem, eu não consigo pegar

deles esse dinheiro que nos devem? Eu tenho que pagar contrapartida! Então, não é renegociação, é acordo! Temos de dar contrapartida para ter dinheiro de empréstimo ou estou errado?

**R** – Com relação à contrapartida, o senhor está certo.

**P** – Por que não oferta o crédito que eles têm com os débitos? Faz um acordo com eles, pois é engraçado. Para quem está de fora temos de discutir que o Presidente da Caixa Econômica é o que foi Presidente da Cohab, o Hereda, um petista de carteirinha, é gente boa, gosto dele, é muito humano. Cadê o esforço político, vamos fazer um acordo. Vocês, há serviços que prestam, não pagam ISS, ficam empurrando, não pagam; o Banco do Brasil não paga. E vocês na penúria, com um baita rombo fiscal. Tudo bem, você não vai responder, Paulo, não adianta. Isso é difícil. Estou errado ou não?

**R** – Tanto eu quanto o Secretário, a gente não pode se manifestar em relação ao processo judicial.

**P** – Não é processo judicial, são devedores da Prefeitura, eles devem. Não se pode proteger devedor. Os outros grandes bancos também devem. Você acha que eu gosto de banco grande? De banco nenhum eu gosto! Eu não conheço banqueiro infeliz, banqueiro só vive feliz neste país. Quando ele quebra, ele não quebra, ele vende a outro que compra. Não vejo banqueiro quebrar. Vai quebrar? Alguém tem de comprar. O BACEN põe bilhões, aqui na cidade de São Paulo, e faz a negociação. Ameaça um banco, por exemplo, o Panamericano... Vamos botar logo dinheiro lá. O povo de São Paulo está quebrando, deve, e não põe dinheiro.

Vamos lá para as perguntas mais individualizadas, se não, você vai tomar pancada, e não é contra a sua pessoa, por quem tenho o maior respeito, mas a situação revolta. Faço as perguntas no sentido de ajudar. Queria que o Secretário de Finanças, que o Ministro pudesse ler tudo isso aqui, os debates, por que não nos pagam? Não dá! Eu falei ao Prefeito, com o novo Secretário, por que não é diferente? Não precisa renegociar a dívida, paga só o que deve. Assim haveria um alívio em caixa enorme, não é?

**R** – Sim, claro.

**P** – (Risos) Apesar de serem poucos os comentários, eu queria fazer das suas palavras as minhas...

Paulo, solicitei a lista das firmas implicadas com dívidas de INSS. Sei que há investigação no Ministério Público, está em sigilo. Pergunto: o que tem a ver a fiscalização da Câmara com o sigilo fiscal do Ministério Público, que está tocando um processo contra as construtoras no escândalo do INSS? Eu quero a lista das empresas implicadas!

A Câmara está exercendo o direito dela. Vocês foram buscar uma desculpa esfarrapada, essa contra você. Eu quero a lista das empresas aqui! Vocês falaram que está em sigilo fiscal. Eu não estou perguntando para quebrar o sigilo. Eu quero a lista das empresas para a Câmara investigar.

O Ministério Público segue a investigação sob sigilo. Aqui, é outro poder autônomo. Vocês mandaram uma carta dizendo que não dariam a lista das empresas porque está sob sigilo no Ministério Público. O que eu tenho com isso? O que o Poder Legislativo tem com isso? Nossos procedimentos são outros.

Aquele processo, o senhor encontra. Aqui, ainda não. Eu quero a lista. Estou requisitando a lista de público. A desculpa esfarrapada que foi dada pelo governo não me cabe, mas eu quero a lista. Isso é um motivo de discórdia. Eu vou ficar batendo em vocês até vocês entregarem a lista das construtoras que vocês negaram com ofício dizendo o seguinte: “Não posso dar a lista porque o Ministério Público está investigando e lá está sob sigilo”. E daí? Continua com o sigilo lá. Não estou quebrando o sigilo. Quero a lista para nós podermos, no legítimo poder de fiscalizador, fiscalizarmos. Essa desculpa, pelo amor de Deus, Sr. Secretário.

Após aquela lista do escândalo dos fiscais, qual foi o comportamento da receita, especificamente de ISS, em cima das construtoras? Você sabia que perguntaríamos isso hoje.

Como foi o comportamento arrecadatário sobre essas construtoras listadas? Não precisa dar o nome delas, porque ai sim seria quebra de sigilo, a lista para investigar é uma. Eu

quero o comportamento maciço daquelas empresas que vocês estão investigando. Elas começaram a recolher? Estão pagando? Não estão? Como está esse quadro?

**R** – Primeiro, gostaria de informar que ao longo do ano de 2013, a arrecadação de 2013 chegou próxima de 100 milhões de reais para esse nicho, que é a parte de ISS / Habite-se. Em 2012, foi algo em torno de 70 milhões. Sendo que no final de 2012 começou a subir. Então, tivemos um incremento bem significativo de aproximadamente 40% da arrecadação em 2013 em comparação com 2012.

**P** – Isso foi praticamente no final do ano, nos últimos 90 dias? Você não tem esse dado?

**R** – Não. Esse incremento de arrecadação já vem acontecendo desde o começo do ano, uma vez que nós substituímos, desde o começo de 2013, nós mudamos toda a direção dessas áreas. Enfim, mudamos as pessoas, a direção dessas áreas e também, em maio, nós emitimos uma instrução normativa que mudou vários procedimentos para essa arrecadação. Tornou a análise mais objetiva.

Agora, em janeiro de 2014, entrou no ar um sistema em que o contribuinte pode fazer tudo pela internet. Em poucas situações ele terá de ir ao departamento da área fiscal para apresentar notas.

Em paralelo, quando veio a público os escândalos, nós criamos um grupo especial ligado diretamente ao subsecretário de receita e esse grupo está revendo absolutamente todos os lançamentos de ISS dessa época. Não está fazendo por amostragem, está revendo todos, inclusive os que tiveram denúncias, todos estão sendo revistos. Estamos começando a apresentar resultados.

Semanalmente, estamos enviando à imprensa os resultados que estamos tendo. A gente já autouou, aproximadamente, nove milhões de reais em autos. Isso demora um pouco para dar resultado. Já foram mais de cem empresas identificadas.

**P** – Essas empresas vão ao CADIN. Não pagou vai ao CADIN?

**R** – Imediatamente, vai para execução.

A gente também vai dar todo o encaminhamento necessário, Ministério Público, ou seja lá o que for. Demora um pouco porque você tem de seguir todo um rito processual, você tem de notificar, receber, dar prazo. Mas o nível de autuação está muito alto.

**P** – No relatório você disse que nós temos um saldo de restos a pagar de 2,9 bilhões. É isso?

**R** – Isso. 2,6.

**P** – 2,65. Disso, o que nós vamos realizar? Restos a pagar em função do empenho? Você lançou contas a pagar as contas que efetivamente estavam empenhadas e não se realizaram ou eram medições em notas emitidas para pagamentos, em restos a pagar?

Quero saber se restos a pagar são valores empenhados? O que é isso?

**R** – Há dois tipos de restos a pagar. Tem o restos a pagar não liquidado que chama de restos a pagar não processado. Esse restos a pagar foi apenas empenhado, então, a ordem de serviço foi entregue, mas a medição, por exemplo, não aconteceu. Quando ocorre a liquidação, esse restos a pagar vira o ano chamado de restos a pagar processado.

Nos 2,6 bilhões você tem essas duas categorias. Eu não tenho o número de quanto é cada um, mas você tem as duas situações. Acreditamos que todo esse valor será liquidado e pago durante o ano de 2014.

**P** – Na verdade, você vai executar o orçamento e como está isso agora?

**R** – Esse número de fevereiro eu não tenho para apresentar. Desculpe.

A gente vai saber talvez no final de fevereiro.

**P** – Todo o Executivo faz isso. Eu coloco aqui: restos a pagar, ele não cancela, cancela uma parte, vira o disco, o dinheiro está em caixa, passa aqui e ficamos pensando que a Prefeitura está em crise, mas não tanto, porque uma parte, que é valor empenhado, não se realiza. Por que não se realiza? Se observarmos a execução orçamentária da Prefeitura, é péssimo. O desempenho dos secretários no quesito execução orçamentária, você há de convir

comigo, que fica a desejar.

Quando você dá os valores de empenho, mas não realiza, daí a pergunta: quanto é que tenho de empenho e quanto não vou realizar. Se o secretário não consegue realizar, só com o valor empenhado, eu jogo o valor para o ano seguinte e não realizo.

Quer dizer, daqui a quatro meses eu vou perguntar de novo.

**R** – é de todo o interesse do gestor que ele consiga realizar esses empenhos porque ele não pressiona o orçamento do ano seguinte.

**P** – Eu tenho certeza disso. Teríamos de trazer secretário por secretário para audiências públicas para saber por que não realiza. Isso é ineficiência administrativa mesmo, que eu entendo que em alguns casos é... Todo secretário é bom. É comum, é possível que, no número de secretário que nós temos... Quanto nós temos hoje?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Quantas secretarias nós temos, Gilberto, no total?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vinte e sete, mais as autarquias. Mais de 27 secretários. Nem todo mundo é eficiente, cumpre 100%. Você concorda comigo? Não vai. Se olhar o desenvolvimento da execução orçamentária de cada pasta, fica a desejar mesmo. Apesar de você pressionar o Executivo, para ele não muda nada. Se ele executar e realizar no exercício, para você é melhor.

**R** – Sim, claro.

**P** – Sobra um abacaxi que... baita número de restos a pagar. Que nós estamos só lá em cima do orçamento das receitas e estamos chegando a quase 8% do total do orçamento... das receitas.

**R** – É, estamos falando aqui de 30 e poucos bilhões. É, por aí. Pode ser por aí.

**P** – Pode ser por aí. Quer dizer, 8% não realizado – fora que (Ininteligível) é um

número significativo, considerando que a execução saúde e educação cumprem.

**R** – Sim, sim.

**P** – Esses são obrigados a cumprir. Quer dizer, os outros é que preocupam.

**R** – Não, mas também existe restos a pagar dessas áreas.

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Vinte e três? Mais autarquias, coordenadorias, né?

Agora, Secretário, tem uma outra dívida aqui que preocupa.

Quando nós pagamos para o Iprem, o ano passado. Fechou 2013. Com quanto que você fechou o balanço de pagamentos do total de 2013?

**R** – O senhor está falando de pagamentos a inativos ou quanto o Tesouro Municipal teve que...

**P** – O quanto o Tesouro aportou ao Iprem.

**R** – Eu não tenho de cabeça. Você tem, Henrique? Ano passado?

**P** – Não seriam 470? Não seria mais ou menos isso?

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Então é 1,5. Eu anotei 1,5 aqui nas minhas contas.

**R** – É, em torno de 1,5.

**P** – Então 1,5 bi. O que vocês estão fazendo para redesenhar? Quais providências estão sendo tomadas para redesenhar, reestruturar essa dívida, e o comportamento que dê lastro para os funcionários, de uma maneira que uma nova carteira previdenciária... “Estamos tomando providência, rigidez fiscal, tal, mas estou com uma sangria de 1,5 bi”. Em 2014, devemos 470. Provavelmente chega mais 8% aí, 10%, vamos passar de 1,5 tranquilamente em 2014. É isso?

- Manifestação fora do microfone.

**R** – O problema da previdência... Vamos falar um pouco diferente: a solução para a previdência municipal, qualquer solução que se adote – e até não vou me estender muito,

porque cabe a outra secretaria – não vai ter um impacto no curto prazo.

**P** – Não, não está se cobrando isso. Está-se cobrando que governo nenhum está fazendo nada em relação a isso, a não ser pequenos ajustes, de pontas. Mas estruturalmente, que permita dar tranquilidade, até para aqueles pensionistas, para aqueles que dependem do Iprem... Uma hora essa Prefeitura pode não ter dinheiro para repassar. Nessa toada que vai a dívida, daqui a pouco não teremos dinheiro para pagar o Iprem.

**R** – Os novos modelos que estão sendo desenhados em outros entes da federação não atingem os servidores que já estão na máquina hoje. Normalmente quando você faz uma segregação de massa, ou uma previdência complementar, ela começa a rodar a partir do momento que ela foi criada. Ela foi criada aos servidores públicos que entram a partir daquele momento que eles ingressam no sistema.

**P** – Desculpa, mas depende... Nós mexemos na contribuição, o efeito é imediato.

**R** – Não, mas aí é que está. Então vamos lá.

**P** – Vocês não querem... talvez uma solução seja... para a segurança do próprio funcionário, do próprio (Ininteligível), porque não imagine que o servidor público esteja confortável. Dependendo da aposentadoria dele futura, consegue imaginar uma situação de caos da Prefeitura daqui uns dez anos, que é possível. Nessa toada é possível.

**R** – É, por que o que acontece? Bem, isso que eu estou te falando são os principais exemplos que tiveram recentemente, que foi o Governo Federal, o Estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro – conheço bem o caso do Rio de Janeiro, que eu participei ativamente desse caso.

Vamos lá: uma solução extremamente financeira, de aumentar a contribuição.

Se aumentar a contribuição patronal vai dar igual, porque vai sair de um bolso...

**P** – Não, não...

**R** – Só vai mudar o bolso...

**P** – Precisamos discutir a estrutura, né?



**R** – Não, é porque não acumula. Já que hoje você tem um déficit de 1,5 bi, esse recurso tem que ser coberto pelo Tesouro. Se não sobrar dinheiro, você não acumula, você paga a aposentadoria atual.

**P** – Estão me cobrando aqui... Essa discussão de prêmio vai ter que ter uma CPI para discutir isso e buscar uma solução. O que não pode é a Prefeitura e os funcionários.

**R** – Bem, Vereador, eu fui, durante sete anos, diretor do Rio Previdência, e conheço bem isso. Se o quiser, a gente... eu converso...

**P** – Não é isso. Sabe o que que é? Tem tranquilidade o funcionário com um buraco desse? A capacidade de investimento do município... Qual é a nossa capacidade de percentual hoje?

**R** – Funciona como repartição simples hoje.

**P** – É, mas... A Prefeitura, hoje, pode não ter dinheiro para, daqui um tempo, para poder pagar. Se chegar o caos financeiro... O quadro que você está dando aqui de dívida nossa, da Prefeitura, de compromisso direto, vamos ter que daqui a pouco discutir. Isso vai subindo, subindo. Se não redesenhar isso tudo, pode ser o maior especialista que for, com uma sangria de 1,5 bi por ano, o milagre tem que ser grande, o sacrifício terá que ser grande. Há uma intraquilidade daqueles que recebem. Há uma intraquilidade. Vai dizer o quê? A Prefeitura tem que aportar 1,5 bi? A conta não está certa. A curto ou a médio prazo, os gestores públicos terão que tomar uma providência. Não é só tira daqui, que tem mais, e bota lá. Não é isso que os servidores querem. Eles querem um programa de longo prazo, que eles, em algum momento da vida, vá... Se não (Ininteligível) a dívida do Município, corrija a da... vão achar solução para a dívida com a União. Aí vem essa daqui. Sabe o que eles fazem? Muda. “Resolvemos o problema da União. Está tudo certo. Resolvemos”. Mas dessa aqui é uma sangria que está lá furada, é uma veinha que sai um dinheiro terrível aqui, e não é confortável para os aposentados e pensionistas. Não é. O [funcionário público] quer uma solução que fique de pé, que dependa deles, que possa, a longo prazo, ter uma solução e ter uma tranquilidade,

de que ele contribua e de que ele receba. Não tem que estar toda hora cobrindo rombo. É só no Brasil que o senhor conhece... especialista que tem esse aqui... esse rombo é só aqui.

Queria encontrar o Secretário aqui para ficar debatendo mais. Mas me deram essa chance, hoje, essa oportunidade.

Passo a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Obrigado, Sr. Presidente. Queria inclusive sugerir que, com a retomada da comissão, convidássemos o Secretário para uma audiência específica para tratar dos temas avocados.

Mas gostaria de alguns esclarecimentos do Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Eu concordo com V.Sa., porque não é um debate contra o Secretário, em favor...

**O SR. PAULO FIORILO** – Não, a favor.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Para discutir outras coisas mais. Não é contra as pessoas. É para a gente tentar vislumbrar uma solução para a cidade, porque está difícil.

O meu inconformismo é o seguinte: eu não aceito... É difícil... A minha revolta é que bancos devam para a nossa cidade. A gente pode resolver o problema da dívida da Cidade com a atitude política, principalmente com a dívida que tem, porque na hora de federalizar os créditos, a nossa conta, o Banco Central topou rapidinho. O Tesouro Nacional levou o dinheiro do... aquela negociação do Maluf com o Fernando Henrique rapidinho para Brasília. Virou esse monstro impagável. Agora faço uma pergunta inversa, Paulo: por que eles não aceitam? Levaram essa dívida. Por que não leva esses 42 bi de crédito? Transfere para eles. Ué, mas para federalizar um pode – o débito pode, o crédito não. O nosso débito foi, porque aí a garantia é o Tesouro. Por que não federaliza os créditos? A revolta não é contra quem está aqui, é essa estrutura. Ver a cidade, a situação da cidade, em penúria, e com dinheiro para receber. De quem pode pagar, viu? Não estou falando de banco. Eu tenho um ódio de banco.

Eu não gosto de banco. Detesto banco. Eu botei meu pouco dinheiro que tem em banco porque sou obrigado; se eu pudesse ter um seria melhor.

**O SR. PAULO FIORILO** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sempre pertinentes as suas observações.

Queria inclusive sugerir que na realidade não focássemos só na Caixa, no Banco do Brasil, independentemente de terem, nas suas direções, petistas de carteirinha. Mas eu acho eu devíamos discutir...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Bons petistas, diga-se de passagem. Bons petistas.

**O SR. PAULO FIORILO** – Eu não tenho dúvida, até porque estão onde estão. Mas eu acho que deveríamos discutir todos os bancos, até para saber qual é a situação deles com relação ao ISS, o que poderia dar uma ajuda importante para a arrecadação e para a cidade.

Gostaria então de tecer as minhas considerações.

Secretário, na página 7, nas receitas correntes, eu gostaria de ouvir do senhor...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Desculpe, só para registrar a presença do Vereador Ricardo Nunes. Desculpa, Vereador, com toda a deferência que eu... já vi trabalho de uma comissão pelo circuito interno. Eu quero registrar a presença do Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. PAULO FIORILO** – Página 7, Sr. Secretário.

**R** – Sim.

**P** – Gostaria que o senhor tecesse algumas considerações.

A primeira que me chama a atenção é: se comparada a evolução do IPTU, 12 e 13, nós temos um número menor nessa comparação feita. Eu gostaria de ouvi-lo. O senhor já disse que aqui basicamente é a inflação. Mas também, do 11 e 12, nós tivemos basicamente a inflação. Tirando o reajuste feito pela gestão Kassab da planta genérica de valores, depois nós tivemos só inflação.

A outra coisa que me chamou a atenção aqui diz respeito ao IPVA, que o

crescimento nesse caso é bem menor do que os outros.

Gostaria que o senhor tecesse considerações sobre essas duas questões. Eu tenho mais quatro. Assim que eu ouvir o senhor, eu farei as outras quatro.

**R** – Claro. Bem, primeiro em relação ao IPTU.

No ano de 2012 ainda teve um pequeno... porém houve um impacto ainda daquela PGV que ocorreu em 2010.

**P** – A PGV que foi aprovada inclusive com parcelamento.

**R** – Isso, exatamente, com teto e tal. Foi muito semelhante. Tiveram travas também – um pouco mais altas do que as travas que foram colocadas agora para a PGV atual.

O ano de 2013, esse sim, não teve nenhum efeito daquela PGV antiga. Foi o crescimento da inflação mais o crescimento vegetativo. Então, com relação ao IPTU, foi simplesmente isso, porque a inadimplência caiu. A inadimplência, que ficava em torno de 12, 11 e pouco, quase 12%, lá em 2012, foi caindo, caindo, e fechou 2013 próximo de 10%. Então houve uma boa queda da inadimplência. Há um importante trabalho aqui de todo o grupo para tentar reduzir isso.

Agora com relação ao IPVA.

IPVA realmente é uma situação complicada. Esse 2,2% de crescimento em 2013 ainda é um reflexo do crescimento menor da nossa frota em relação ao crescimento da frota do estado que teve nos anos anteriores. A gente começou a observar uma mudança dessa trajetória – a comparação entre o crescimento da frota do estado e o crescimento da frota do município a partir do segundo semestre do ano passado. Acelerou um pouco mais agora no final do ano...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Só um aparte, Secretário. A que se deve isso? Seria à inspeção veicular?

**R** – Nós atribuímos à inspeção veicular, porque a correlação foi muito alta. A partir do ano de 2009, nós descolamos do crescimento do estado. Então a frota de veículos do

estado sempre cresceu mais do que a frota de veículos do município, sempre. Só que crescia, digamos, meio ponto por cento a mais. Em 2009, ela abriu. Em 2009, o estado cresceu 6; o município, 5,4. Em 2010, o estado cresceu 6,9; o município, 3,5. Então descolou. E só agora em 2013 é que voltou a se aproximar o nosso crescimento; voltou a buscar o crescimento do estado. A única variável que explica isso é a inspeção veicular, porque a gente não observa uma redução da frota circulando no Município de São Paulo. Então o que houve foi uma redução dos registros de veículos. Então essa reversão aconteceu. Entretanto, o efeito na arrecadação demora. Nós entendemos que a gente já perdeu recursos em decorrência da inspeção veicular, pela forma como foi colocada. E agora vamos reverter essa perda.

**P** – De que ordem isso, Secretário?

**R** – Bem, temos vários estudos. Inclusive foram divulgados estudos lá em começo de 2013 que dão números próximos de perdas que tivemos acumuladas até agora, até 2013, de aproximadamente 300 a 400 milhões de reais. Isso porque veículos pararam de arrecadar no Município de São Paulo e passaram a arrecadar em municípios vizinhos. Portanto, a cota-parte do IPVA vai para o município vizinho, não vem para a gente. E esse é um problema, porque quando é que você vai reverter essa situação? Só quando esse cara vender o carro ou o quando ele... enfim, se ele resolver mudar os documentos, o que dificilmente ele fará. Então isso vai acontecer quando ele trocar de carro. Então essa perda acontece. Por mais que tenhamos estancado a perda, estancado a redução da nossa frota, mas essa perda, esses carros que já perdemos, nos faz continuar perdendo arrecadação. Então essa é a principal explicação.

Tem mais um elemento da redução do valor do IPVA em 2013: a base de cálculo. Houve uma queda do valor do veículo, especialmente do veículo usado, que é a maior parte da frota. Portanto, a base de cálculo do IPVA caiu. Então isso a gente pode ver até nos números do estado. Então isso explica, Sr. Vereador, a razão de o IPVA ser menor.

**O SR. PAULO FIORILO** – Ok. Vamos para a página 16: despesas de capital

empenhadas.

Eu entendi uma demonstração clara de que em 2013 houve um investimento muito maior do que 2012, último ano do governo anterior, e possivelmente deve ter sido muito maior do que os primeiros anos dos últimos governos, até em função do volume.

**R** – Sim.

**P** – E o senhor fez uma afirmação que a ideia é continuar crescendo.

**R** – Exato.

**P** – Só para que possamos ter clareza.

Este ano a Prefeitura tem uma dificuldade a mais: a questão do IPTU.

**R** – Tem.

**P** – Qual é a expectativa da Secretaria do ponto de vista do crescimento no investimento de 2014?

**R** – Tá. O IPTU realmente vai dificultar muito que nós consigamos elevar o nível de investimentos da fonte própria do Tesouro, da Fonte 0; mas estamos buscando outras fontes. Tanto federal – para tentar maximizar essa relação entre contrapartidas e recursos próprios – como também recursos de fonte... Por exemplo, os senhores aprovaram, final do ano passado, a operação de cessão de créditos do recebível que nós temos da Sabesp. Então estamos batalhando para que essa operação saia logo, e ela deve sair logo, e esses recursos vão entrar exclusivamente para investimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, fui eu que busquei esse dinheiro da Sabesp, que é um dos melhores recursos que se tem. A que custo nós vamos buscar...?

Essa é a maior vitória do meu mandato. Tomar esse dinheiro da Sabesp aqui, contra o Serra, contra o Kassab, contra todo mundo do governo do Estado, que não queria. Contra os meus queridos amigos tucanos, que não queriam dar o dinheiro. Mesmo assim, conseguimos aprovar e trazer esse dinheiro. Ainda acho que é pouco. Se fizermos uma auditoria nas contas da Sabesp, aqui da arrecadação, dos balanços, que vêm tendo uma curva de

comportamento meio atípica – e, não sei, se para não pagar; não quero acreditar nisso. Dar um golpe no Município de São Paulo por causa dessa conta da Sabesp. Eu não quero acreditar. Se olhar os balanços deles, vão ver que estão meio atípicos em relação à arrecadação da cidade. Cresceu de um lado e do outro do não cresceu.

A que custo nós vamos pagar esse dinheiro dessa antecipação de receitas? Estamos arrumando, na verdade, um aro aqui. Passamos a receber antecipação orçamental dos recursos da Sabesp. A que custo financeiro nós vamos pagar isso? É um empréstimo, na verdade, uma antecipação de receita.

**R** – Bem, essa operação é uma operação de cessão de créditos. É muito importante que esse conceito fique claro porque o Município de São Paulo não pode realizar uma operação de crédito. Então essa é uma operação de cessão: temos um contrato com a Sabesp em que nós vamos ceder este contrato para um terceiro que nós pagará por esse contrato. Qual será taxa? Não sei.

Deixe-me colocar duas coisas.

Primeiro: recentemente, devemos entrada na CVM do registro do fundo. Os senhores sabem que essa operação vem sendo construída já desde lá de trás, antes de 2013, e acho que, ao longo de 2013, a gente fez grandes avanços, inclusive aprovamos a lei, achamos importante passar pela Câmara de Vereadores a lei. Então a gente conseguiu agora, no final de 2013, dar entrada na CVM e estamos em processo de registro do fundo. Portanto, estou num período de silêncio. A CVM me obriga a um período de silêncio. O que eu posso lhe dizer é em termos conceituais.

Essa é uma operação em que eu estou vendendo o risco Sabesp, o mercado vai comprar risco Sabesp. Portanto, os preços vão se aproximar dos preços que a Sabesp utiliza para captar recurso.

**O SR. PAULO FIORILO** – É melhor manter o silêncio porque a situação da Sabesp está difícil.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Posso dizer uma coisa para você, Secretário?

Pelo pouco que eu conheço de mercado financeiro, a Sabesp terá que anuir esse contrato.

**R** – Não.

**P** – É risco. Pela simples razão: vamos dizer que eu sou um banco, e eu quero garantir esse crédito, quero tomar esse dinheiro emprestado. E quem me garante a execução desse dinheiro?

**R** – Não. A Sabesp não anui. Ela simplesmente tem que ser comunicada para depositar o dinheiro na conta certa. Ela é o devedor do contrato.

**P** - Qual é a garantia que eu tenho que a Sabesp vai pagar? Ou que, por exemplo, em uma crise, e que o valor seja determinado. Uma crise de refinanciamento de água. A receita da Sabesp despenca. Não há garantia. Terá que ser anuída. Ela não pode garantir. Nenhum Banco vai comprar esse papel. É um investimento temerário. Tem a crise da água que está batendo na porta e é um péssimo momento e eu vou rebaixar a arrecadação ou vou dar água de graça. O acionista majoritário é o Estado. Qual Banco vai comprar isso? Existe o risco de ser rescindido pelos dois lados. Se pode ser rescindido, por que o Banco vai emprestar sem a anuência dele? O senhor terá dificuldade em buscar dinheiro no mercado financeiro.

Vamos imaginar uma situação atípica: a Sabesp e a Prefeitura decidem rescindir o contrato depois que vendeu o papel. O sujeito, que emprestou, fica com um papel podre na mão?

Então, nessa condição, se eu tivesse que emprestar, sem a anuência da Sabesp, não. Banco não vai fazer nada com risco. Só para concluir, por que isso? Quando fiz a redação dessa lei, não me dou por satisfeito e peço para você considerar isso lá, essa fala minha, se há essa vantagem, entre aspas, de alguém pagar e que preço vai pagar.

Vereador Paulo Fiorilo, estou devolvendo a palavra.



**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Secretário, vamos voltar para a página 5. O senhor disse aqui que a intenção é ampliar as fontes, principalmente essa questão da fonte federal.

Observo aqui que, na página 5, há um crescimento de receita de transferências. Aqui não dá para identificar o que é federal e o que é estadual. Não sei se o senhor tem detalhado, mas, se tiver, que o senhor possa detalhar

Segundo, qual é a expectativa para 2014? Porque percebemos que houve um crescimento razoável de 600 milhões para 1 bilhão e 700. Qual é a expectativa para 2014 e como está dividido o crescimento?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** - Receita de transferências. Desculpe-me Vereador, mas não tenho essa informação aqui.

**O SR. PAULO FIORILO** – Tudo bem. E a expectativa?

**R** – A nossa expectativa é que aumente bastante, que no ano de 2013 consigamos buscar algo próximo do orçado. Temos essa expectativa. Está em torno de 5 a 6 bilhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, desses valores que o senhor pretende buscar, no exercício de 2014, por volta de 6 bilhões, quanto temos que dar de contrapartida?

**R** – Depende. Porque foi o que eu comentei: tentaremos maximizar o recurso próprio do Tesouro que possa alavancar. Então, por exemplo, grandes números, algo em torno de 1,5 a 2 bilhões como contrapartida para pegar 5. O que tentaremos fazer é focar naqueles que dão mais recurso federal, porque não é uma conta exata.

**P** – A pergunta é simples: temos esse dinheiro?

**R** – Bem, na fonte 00 temos dificuldade, mas temos outras fontes, e vamos buscar esse recurso via em outras fontes.

**O SR. PAULO FIORILO** – Quais outras fontes poderia utilizar?

**R** – Outras fontes são: Cessão de Créditos, Alienação de Bens. Operação de

Crédito, não podemos realizar; o IPTU está contingenciado porque tivemos a antecipação de tutela. Então, está complicado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Então, Sr. Secretário, a situação hoje é delicada para colocar a mão nesse dinheiro. É difícil a execução em curto prazo.

**R** – É difícil, mas não é impossível.

**O SR. PAULO FIORILO** – Vamos continuar. Só para concluir. Na realidade, a ideia de continuar o crescimento depende de outros elementos, que são a vinda...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Esqueci-me de algo: desses recursos que o senhor falou quanto está previstos para os corredores?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Não sei. Não tenho essa informação, o senhor me desculpe.

**P** - Mas a parte significativa, para os corredores?

**R** - É uma parte importante, sem dúvida. Sem dúvida, uma parte do recurso federal.

**P** - Nós podemos não ter o dinheiro para dar a contrapartida para a realização dos corredores, corremos esse risco hoje?

**R** - Sempre corremos, é claro.

**O SR. PAULO FIORILO** - Utilizar a cessão de crédito, utilizar...

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Exatamente, correr o risco sempre tem.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas é tudo “se”. Eu não estou querendo ancorar na partícula apassivadora “se”. Sabe por que eu digo isso, Secretário, porque tenho um pezinho de “se” lá em casa, está seco, não dá nada faz tempo. Eu não tenho uma fonte certa para um financiamento que tenho como certo. Os corredores são importantes para esta cidade. Esta Casa vai apreciar uma matéria que (Ininteligível) não tem nem o dinheiro para aportar a contrapartida. O que o senhor está dizendo é difícil para mim, é não ter a garantia de que vou hoje realizar e em qual fonte.

Por que estamos dizendo isso, Secretário? Porque o processo do corredor foi parar no Tribunal de Contas. Está lá. Suspensa a licitação. No Tribunal de Contas, estou correto?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Hum, hum.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Uma das perguntas que se faz, dos questionamentos que se faz, é a fonte de financiamento: “Olha, a fonte de financiamento é federal.”. Muito bem. Orçamentariamente na fonte 00 nós não temos esse dinheiro. Temos de ser humildes. (Ininteligível) temos de dar a contrapartida, na minha fala, para o senhor, e o Governo Federal que quer a contrapartida não aceita o que eles nos deve.

Olha a situação que o senhor está. Imagine como que o senhor vai fazer o malabarismo, coitada dessa rapaziada, tem de levantar o cofrinho, o tapete, para ver se acha moeda para pagar 1,5 bilhão, não estou vendo esse dinheiro.

Com todo respeito, Secretário, é difícil para nós a Prefeitura neste ano. Só lamento. Não adianta aqui ficar massacrando. Desculpa, Secretário. É que é triste.

**O SR. PAULO FIORILO** - Obrigado, vamos continuar, Secretário. Senão vai ficar triste. Página 17.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Sim.

**O SR. PAULO FIORILO** - Estou com uma dúvida aqui, talvez o senhor pudesse esclarecer. O Vereador Milton Leite trabalhou muito com a questão dos “restos a pagar” do exercício 2013, que é a última coluna, 2,635 bilhões. Mas se eu olhar as colunas do lado esquerdo tenho aqui: saldo total de “restos a pagar” 1,981 bilhão e, cancelamentos, 658 milhões. Se eu considerar o 1,981 com 658 eu chego aos 2,635. Essa é a conta ou não?

**R** - Não, não.

**P** - As coincidências não têm absolutamente nada a ver.

**R** - Não, não tem. Na verdade isso aqui foi o que nós fizemos com o “restos a pagar” de 2012.

**P** - Então, essa daqui, 1.981 bilhão é de 2012?

**R** - Exatamente. É o saldo de abertura e aí foi o que pagamos de “restos a pagar”.

**P** - Então, faltam 1,294, e 658 foram cancelados?

**R** - Cancelamos.

**P** - E 29?

**R** - Vinte e nove, é porque alguns “restos a pagar” permanecem.

**P** - De 2012 para 2013?

**R** - Isso.

**P** - Eles permaneceram?

**R** - Isso.

**P** - E eles estão nesses 2,635, não?

**R** - Não. Porque esses 2,635 são de execução de 2013. Orçamento de 2013.

**P** - E esses 29?

**R** - O que vai para 2014 é o 2,635 mais o 29.

**P** - Na verdade vai 2,664. É isso?

**R** - Isso.

**P** - Ok. Pela oportunidade, o senhor poderia informar qual foi o saldo, em 31 de dezembro, da fonte 00. Esse número é possível já?

**R** - O superávit?

**P** - O superávit.

**R** - Nós não temos ainda o superávit fechado. Nós vamos fechar o ano de 2013 com o superávit, que deve girar em torno de 200 milhões, por aí.

**P** - Se comparado com o ano anterior, o valor o senhor tem de cabeça, se teve superávit em 2012?

**R** - Cinquenta milhões. Estou aqui com minha cola.

**P** - Então, na realidade, nós tivemos em 2012 fechado com 50 e devemos fechar 2013, com 200?

**R** - Exatamente. É o número prévio que temos.

**P** - Isso sem considerar o que deve ser cancelado dos “restos a pagar”.

**R** - Isso. Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - O senhor estimou em quanto o cancelamento de “restos a pagar” da conta 00?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Olha, historicamente fica em torno de 300 e pouco. Um ano é um pouco mais, outro é um pouco menos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Por causa de 400 milhões em saldo de caixa, é isso.

**O SR. PAULO FIORILO** - Desculpa.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Por que isso não é o saldo de caixa, isso é, digamos, enfim, é o que foi cancelado. É claro que nós só levamos “restos a pagar” quando temos caixa fazer frente a isso. Sem dúvida. Nós podemos utilizar para receitas ou, enfim, tratar dentro do orçamento.

**O SR. PAULO FIORILO** - Desculpa, só pela oportunidade, na realidade estou olhando aqui o de 2012 o cancelamento foi de 658. Foi atípico?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Ele foi maior. Ele foi um pouco maior.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PAULO FIORILO** - Não. Aqui não é fonte só 00. Você tem de fonte 00?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PAULO FIORILO** - Duzentos e cinquenta milhões. Mas ele ainda foi maior, se considerar 250 a média.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – É, da fonte zero fica em torno de...

**O SR. PAULO FIORILO** - Ok. Vamos para a 22. Quero ver se consigo chegar ao

final. Vereador Presidente, o senhor quer fazer uso da palavra fique à vontade.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Só para considerar que temos uma merenda aí.

**O SR. PAULO FIORILO** - Merenda? É verdade. É que a merenda da CPI que presidi era mais tarde.

Vamos lá, Secretário, página 22. Só um esclarecimento, aqui no “passivos reconhecidos”, item 5, percebemos que foi de 401 para 1.375. Quais são esses “passivos reconhecidos”, o senhor tem detalhado?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – O principal é o reconhecimento de dívidas que fizemos para parcelamento com o INSS. Se não me engano, decorrente de repasses de contribuição previdenciária de cooperativas de transporte.

**P** - Da permissão?

**R** - Não me recordo. Isso não é algo novo, mas enfim...

**P** - Já era um processo que estava sendo discutido?

**R** - Ele é um processo que estava na esfera administrativa sendo cobrado do Município e quando vimos o parcelamento aberto pelo Governo Federal, o Refis, entendemos, por bem, entrar no Refis.

**P** - As cooperativas?

**R** - Nós, quem é cobrada é a Prefeitura.

**O SR. RICARDO NUNES** - Solidariamente você está falando?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Não é a Prefeitura que é cobrada. Quando se tem um repasse de recursos em que não há retenção da contribuição a Receita Federal vem em cima de quem repassa o recurso. De quem deveria ter feito a retenção.

**O SR. PAULO FIORILO** - No caso, a cooperativa não fez...

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Pelo entendimento da Receita

Federal. Essa é toda uma discussão, quer dizer... Nesse caso a Receita entende que tem de haver retenção. Peço desculpas aos senhores, mas eu não tenho muita informação desse caso.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Desculpe, Secretário, mas não houve a decisão do STJ recente de que não é obrigação delas apresentar? No caso das cooperativas sim? No caso das concessionárias não. Houve decisão do STJ, não é isso?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Eu realmente não tenho condição de (Ininteligível)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Da obrigação da retenção?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Eu não sei, não tenho condição de discutir com o senhor. Não tenho muita informação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Desculpa.

**O SR. PAULO FIORILO** - Ok. Última questão, Secretário, que também interessa muito a esta Comissão, é com relação à dívida. Nós acompanhamos no ano passado, em especial, a discussão da renegociação e da possibilidade inclusive para que a Prefeitura pudesse aumentar a sua capacidade de endividamento, em função desse debate. Eu gostaria de saber qual é a situação atual? O Vereador Milton Leite já fez as suas observações pertinentes sobre isso, mas gostaria de saber o que a Prefeitura tem sobre esse ponto de vista?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – A Prefeitura continua confiante para que a gente consiga realizar essa renegociação, mesmo sabendo do que ocorre atualmente no Congresso, mas estamos confiantes porque os nossos argumentos são muito sólidos. Os números que mostramos em nossos argumentos são sólidos, portanto temos confiança. Pode ser que postergue um pouco, que o momento não saia agora, que não seja este, mas acreditamos que vá acontecer. Porque ela tem que acontecer. O Município de São Paulo não é qualquer município. Ele é o maior do País, ele é a vitrine do País para várias

coisas e não se pode deixar um município quebrar.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Só uma coisa, Secretário, acho pouco provável, aqui vai um componente bem político, de que não tenhamos qualquer chance de votar isso antes das eleições presidenciais. Com todo respeito, contamos com dinheiro, teríamos alguma esperança de reestruturar essa dívida pós-eleição. Talvez tenhamos essa pequena possibilidade pós-eleição. Porque com um corte orçamentário de 44 bilhões que o Mantega fez agora, ele abrindo essa outra ponta. Apesar de que os argumentos da cidade de São Paulo são extremamente corretos, não há dúvida com relação a isso. Os argumentos colocados é a posição de São Paulo, principalmente da taxa de juros. Não é possível fazermos. É retroativo. Só que eu acho que quem cortou 44, não vai arriscar, neste momento, qualquer posicionamento.

Mais alguma dúvida?

**O SR. PAULO FIORILO** - A última.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Só um último comentário em relação à questão da renegociação da dívida: esse projeto de renegociação da dívida não é um projeto para 2014, 2015 ou 2016, para esta gestão. Ele é um projeto estrutural para a Prefeitura de São Paulo. Portanto, mesmo que esta votação não ocorra agora, no curto prazo, nós vamos continuar com toda energia em cima disso, porque achamos que São Paulo precisa disso para sobreviver, sob o ponto de vista do equilíbrio fiscal.

Para o Governo Federal o impacto fiscal talvez não seja tão grande assim no primeiro momento, porque nós não vamos reduzir do dia para a noite o nosso pagamento, mesmo que se tenha o efeito retroativo do saldo devedor.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Por que chegaram a que número, nas suas contas?

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Porque tem que quitar o resíduo.

**P** - Qual é o resíduo na sua estimativa?



**R** - Talvez só a partir de 2015 consigamos pagar menos. Hoje o nosso resíduo está 28 ou 30 bilhões, quase.

**P** - Teria de chegar em 28 ou 30?

**R** - O desconto teria que pegar isso, mas é mais do que 50% da dívida.

**P** - Nós chegaremos a que patamar? (Ininteligível)

- Manifestações simultâneas.

**P** - Qual seria a diferença?

**R** - Se foi exatamente o desenho que foi para o Congresso...

- Manifestações simultâneas.

**R** - Se foi exatamente o que está no Congresso, o efeito no fluxo que nós pagamos para a União, começaria acontecer lá por 2015.

**P** - Estou dizendo o seguinte...

- Manifestações simultâneas.

**P** - ... a diferença, hoje, seria de 32 mil para 29 com a redução, é isso?

**R** - A nossa dívida está hoje está próximo de 60 bilhões, 58 bilhões. Vai cair para uns 30 e pouco.

**P** - Só baixaria a taxa...

**R** - Quando se quitar o resíduo, vai sobrar aí uns 3 ou 4 bilhões de resíduo.

**P** - Tem ativo para passar para frente, dá para pagar.

**R** - A gente vai ter que...

**P** - Vender alguma coisa aí. O Autódromo de Interlagos seria uma boa só gasta, tem quem paga 3 ou 4 bi nele, brincado. Vendemos o Autódromo, nos livramos da conta e botamos a cidade de São Paulo em vida de novo, não é? Gastamos 150 milhões, por ano, para nada a corrida. E dá para manter a corrida e ainda arrumar por volta de 3 bilhões naquele autódromo lá.

**O SR. PAULO FIORILO** - Posso concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Pode.

**O SR. PAULO FIORILO** - Secretário, uma última questão, se o senhor puder ajudar. Com relação aos precatórios. Houve uma mudança de percentual. Gostaria de saber se o senhor podia, rapidamente, identificar as perdas que a Prefeitura teve, ou terá, ou ainda tem tanto na questão do IPTU que nós já sabemos, em torno de 800 milhões, mas em precatórios o que representa e se há mais alguma outra questão que impacta o que poderia ser receita.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Os grandes, digamos, riscos orçamentários que nós temos são: em primeiro lugar, sem dúvida, o IPTU, que já quase virou um fato, o número que estimamos é algo em torno de 800 milhões, o que está na fonte 07, uma boa solução dada pelos senhores; com relação ao aumento do percentual que era 2,71, passou para 2,99, algo entre 300 a 400 milhões de impacto.

**P** - Trezentos a quatrocentos?

**R** - Isso. E o último risco que temos, e vamos ter de trabalhar junto com a sociedade, é a questão da tarifa de ônibus, sem dúvida.

**P** - Desculpa, só para concluir: que significa um aporte a mais de aproximadamente quantos milhões?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Quantos bilhões?

**O SR. PAULO FIORILO** - Não, milhões. Porque nós tínhamos um subsídio de 1,200 bilhão, 1,300 bilhão, agora vamos ter 1,600 bilhão.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – O que está no Orçamento é 1,600 e pouco, se não me engano.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Mas não fecha a conta, com o Bilhete Único Mensal.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – A gente vai trabalhar para que feche a conta, agora, é claro que sempre existe um risco. Mas vamos trabalhar para que esse seja um número que feche a conta.

**O SR. PAULO FIORILO** - Desculpe, só para fechar. Qual que é a diferença que a gente teria do valor deste ano, gasto com subsídio, para o valor de 2014. A diferença é em torno de?

**R** - A melhor informação que eu vou ter é a orçamentária, que dá algo em torno de uns 400 milhões.

**P** - Quatrocentos milhões.

**R** - Estamos falando de 1.2, mais ou menos, em 2013, para 1.6, que eu acho está no Orçamento de 2014.

**P** - É que no Orçamento de 2014 caiu para 1.3.

**R** - Um ponto três?

**P** - Quase 1.4, se eu não estiver enganado. Isso significa que nós teríamos 1,600 bilhão a menos nesse cenário traçado pelo senhor.

Ok. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** - Rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - O Secretário já alegou que está como fome, está na hora do almoço.

**O SR. RICARDO NUNES** - Não, é rápido. Antônio Paulo, do geral que você falou, a gente tem uma dívida de 58 bilhões, temos um problema grave que não conseguimos tomar recursos, fazer operação de crédito por conta da limitação orçamentária, da dívida. Tem a questão dos corredores, 6,4 bilhões que o Vereador Milton Leite bem falou, onde a gente vai arrumar o dinheiro para dar a contrapartida, uma série de coisas. Mas, dentro do contexto geral, o que me preocupa, queria fazer duas perguntas, se você puder falar depois sobre o Sistema SAT, quando que vai entrar em vigor, como está caminhando, acho que é importante para a Cidade.

A segunda questão é a forma de condução dos trabalhos de toda a estrutura das 23

secretarias, ou 27, com a Secretaria de Finanças. Porque me parece um pouco descompassado.

A gente vê que a situação está bastante crítica.

Em 2012, você falou que ficou com 50 milhões no caixa; em 2013, fechou com 200 milhões. E temos uma redução da despesa de capital e das despesas correntes com relação aos anos de 2011-10 e 2012-11 para 2013-12. Ou seja, de 13%, 18% caiu para 5,4 as despesas de capital. Agora você falou que fechou o caixa com dinheiro. Eu mais ou menos entendi: não investimos quase nada e ficamos com dinheiro no caixa. É uma coisa preocupante. Se puder, depois, falar um pouquinho sobre isso.

Mas eu queria falar bastante da página 7.

A grande receita da cidade é o ISS. Quase metade de tudo da arrecadação é o ISS; em segundo lugar vem o ICMS. E aí eu pediria ao Paulo Fiorilo para prestar bastante atenção a isso, à página 7, porque temos algumas situações preocupantes.

Se o ISS e o se ICMS são as principais receitas da cidade – voltando a falar que tem uma dívida de 58 bilhões, dificuldade de tomar crédito, uma série de coisas –, onde que a Secretaria de Finanças, Antônio Paulo, está trabalhando com relação a duas questões que eu vou pontuar?

A questão do aeródromo de Parelheiros. Fizemos um trabalho grande aqui na Casa para aprovar aquele incentivo da zona Leste, para trazer empresas para São Paulo, para gerar emprego, ISS, ICMS, para poder manter o emprego. Estamos agora com o compromisso do Prefeito de aprovar um projeto meu, de outros vereadores da zona Sul – Milton Leite, dos “Tattos”, de todos – para fazer incentivo fiscal da zona Sul. Ou seja, uma luta enorme para a cidade oxigenar, gerar emprego, ISS, ICMS. Aí tem um empreendimento que, sem um centavo de dinheiro público, um bilhão de investimento para fazer o aeródromo de Parelheiros, e eu vejo as pessoas da Prefeitura falando “Ah, mas vai ter um lá em Mauá. Vai ter lá em São Roque”. Para nós o importante é fazer aqui em São Paulo, para gerar o ISS aqui em São

Paulo. E aí a Secretaria de Desenvolvimento Urbano faz um parecer dificultando totalmente o empreendimento. O Massonetto (?) faz um parecer para matar o empreendimento. E aí eu acho que era importante vocês, que estão preocupados com a receita... porque alguns estão preocupados em matar o empreendimento e não com as contas... Enfim, é mais um apelo para vocês entrarem nesse circuito, desses grandes investimentos que vêm para a cidade sem recurso de dinheiro público, para que não percamos isso. Então essa é uma questão que eu queria que você levasse em consideração com relação à nossa principal fonte de receita, que é o ISS e o ICMS.

Outra coisa é esse projeto dos alinhamentos. Pegamos várias ruas da cidade – e eu estava analisando bem lá –, a maioria dos corredores... Eu não sou contra, eu sou absolutamente a favor, mas precisamos pensar no impacto. E é importante que vocês façam uma análise, porque praticamente 100% do que está nessas avenidas são comércios, empresas que pagam ISS, que pagam ICMS, e que vão estar saindo dali. Precisa ver para onde que isso vai. Então tem um impacto muito forte com relação aos corredores, principalmente do recurso para fazer. A nossa limitação de ter operação de crédito para fazer a contrapartida dos 6,4 bi e do impacto que vai ter em cima do comércio, de tirar o comércio dali, dos corredores. Acho que está faltando um pouco de sintonia com Finanças, com a Secretaria de Transportes, com a de Desenvolvimento Urbano, com a Jurídico. Não está tendo um alinhamento para pensar nessa situação financeira da cidade, que está crítica.

Então essa era a minha preocupação: essa questão geral que eu coloquei e essa do SAT (?).

Obrigado, Sr. Presidente.

**R** – Primeiro eu gostaria de comentar sobre o SAT.

O SAT é um projeto que a Secretaria de Finanças entende como bastante importante porque vai colocar para cada prestador de serviço uma maquininha com a qual ele emite a nota fiscal diretamente – e essa maquininha já é toda travada, blindada, e manda a

informação direto para a própria Secretaria de Finanças.

Claro, estamos enfrentando uma série de desafios por sermos pioneiros. Tanto nós quanto o estado de São Paulo estamos trabalhando para sair com esse projeto, e pretendemos fazer isso logo. Temos um cronograma que estamos avaliando se vamos conseguir cumprir ou não, que seria agora em julho. Pretendemos cumprir. Mas, se não cumprirmos em julho, ele sai, enfim, se Deus quiser, ao longo deste ano. Existe uma equipe trabalhando seriamente, muito fortemente lá na Secretaria sobre isso.

Com relação à coordenação da Secretaria e Finanças frente às outras secretarias.

Trabalhamos juntos deles, sim. Temos dois principais canais para trabalhar junto com eles: por intermédio da junta orçamentária financeira, que esses projetos todos são colocados ali – tanto o cronograma de desembolso quanto a expectativa de receita que podem nos trazer no futuro quanto, junto ao Roberto Garib, o pessoal da Secretaria de Governo, temos pessoas nossas que ficam diariamente, junto, com a turma toda, na sala de situação, e todo o grupo de trabalho foi construído por eles.

A questão dos corredores e do aeródromo de Parelheiros, eu peço favor ao senhor que eu não comente muito aqui sobre esses assuntos que estão sob a responsabilidade de outras pessoas. Prefiro que elas falem, até para eu não comprometer ninguém.

A questão dos corredores está sendo bastante debatida aqui. E não apenas com relação aos corredores, como também em relação aos demais projetos, cabe à Secretaria de Finanças ir atrás dos recursos para viabilizá-los. É o trabalho que estamos fazendo. Acreditamos que vamos conseguir.

**O SR. RICARDO NUNES** - Posso fazer um aparte, Antônio Paulo? Vou te dar um exemplo para você ver a importância, que a Secretaria de Finanças não está participando do processo.

Ponte Interlagos – o Vereador Milton Leite conhece bem lá. Você está indo daqui para Interlagos. Você tem a Avon, a Ponte Interlagos. Passou a ponte, você tem empresas,

posto de gasolina, McDonald's, Drogaria São Paulo; do lado esquerdo, tem uma favela. Sabe onde o corredor passa? Cortando o McDonald's, cortando o posto de gasolina, cortando a empresa, e não pega a favela. Então não está tendo a percepção da importância do comércio como participante do caixa da Prefeitura, de pagamento de ISS. Então não está tendo uma coordenação. Eu tenho certeza disso. Como é que pode cortar um comércio que gera receita e não passa favela? É importante dar uma alinhada no traçado, porque não houve a priorização de manter o comerciante que paga o ISS e o ICMS para a Prefeitura, e era uma sugestão que eu queria te dar para vocês darem uma analisada, fazer o traçado de uma forma que não atinja o contribuinte.

R – Claro.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Não quando o Vereador Ricardo Nunes fala “não pega favela”... não é. É que com o dinheiro que vai pagar a desapropriação... Ele disse que não tem desapropriação, não tem dinheiro para desapropriação.

O problema do traçado é o seguinte: nós não temos dinheiro para a contrapartida. Como é que eu vou fazer um traçado de corredor, que não tem dinheiro para aprovar um traçado de corredor, que não tem dinheiro para contrapartida, que não tem dinheiro para desapropriação, e cara vai colocar o pânico na cidade.

Se tivermos que fazer isso, ao invés... O que o Vereador Ricardo coloca, com bastante propriedade, é o seguinte: a favela pós-ponte... Ótimo, fazemos um programa. Em vez de desapropriar, verticalizamos. Fazemos um programa habitacional que dê qualidade de vida para aquela população e deixe os comerciantes trabalhando, pagando ISS. É o que eles querem. Não é que ele tem algo contra o favelado, ou só a favor de comerciante. Não é isso. Temos que buscar soluções que não agridam a sociedade.

Nós conhecemos bem: o sujeito chegou, quando muito, no Autocad; baixou o programa em cima do Google e fez um traçado. “Chegou cansado”. Então ele vai lá, taca um (Ininteligível), que fica um desenho bonito para burro.

Secretário, eu tenho consultor, eu tenho empresa de engenharia, eu sei como é projetado. Infelizmente, os técnicos não querem projetar. E aí o que fazem? Descem no Autocad, bota o Google embaixo, repõe uma outra.

Eu quero ver o levantamento planialtimétrico, altimetria cadastral do traçado, com os técnicos. Eu quero debater com os técnicos. Tragam os técnicos para nós ver a altimetria e o cadastramento que ele tem. Por que está agredindo o comércio? E com que base ele fez isso? Por que aumenta o custo se eu posso ter custo menor? Por que eu posso ter maior unidades habitacionais em vez de derrubarmos, acabarmos com o comércio, com a vida tranquila daqueles poucos empresários que nós temos na zona Sul, ou na cidade como um todo? Nós não somos contra o corredor, somos favoráveis, mas queremos soluções que sejam discutidas efetivamente. Esta Casa é uma casa de debates.

O clamor do Governo neste debate é, talvez, uma votação em primeira, e não marcar a data da segunda votação, porque é caso a caso.

Estou dizendo: quero ver qual a altimetria cadastral da SPTrans, com base na qual tomou aquela decisão. Você vai ver que não tem. Baixou em cima do Google. Todos eles baixaram e fizeram assim [faz um ruído]; “é aqui”. Então é difícil.

Secretário, apareceram duas pessoas para falar: o Daniel e o Laerte.

**O SR. DANIEL** – Boa tarde a todos. Venho em nome do movimento que defende a criação do Parque Augusta, uma importante área da cidade, uma área verde – 25 mil m<sup>2</sup> encravados na Rua Augusta com a Marquês de Paranaguá e Caio Prado.

Essa área foi objeto de uma polêmica muito grande mais 40 anos de luta. A Câmara de Vereadores aprovou o PL 345/2006, e, no dia 25 de dezembro, saiu no Diário Oficial a sanção do Prefeito Fernando Haddad. Isso criou uma expectativa enorme na população em usufruir desse parque, que está fechado, hoje, há 59 dias. E a alegação é que a Prefeitura não tem dinheiro.

Então estamos aqui até para perguntar para o Secretário. Subsecretário, não é



isso?

**R** – Secretário-Adjunto.

**O SR. DANIEL** – Quanto de dinheiro a Prefeitura tem em caixa investido no mercado financeiro hoje? Dinheiro da Prefeitura que está no mercado financeiro – claro, para não sofrer com a inflação.

E outra pergunta importante: o dinheiro que a Prefeitura recebeu do Deutsche Bank, que o promotor Silvio Marques sugeriu ao Executivo que fosse alocado na causa do Parque Augusta, como vocês devem ter ouvido falar pela imprensa, recentemente. Então mais de 40 milhões de reais o Deutsche Bank foi obrigado a pagar numa delação premiada para se ver livre do processo.

São essas duas questões frente a essa situação de penúria financeira em que a Prefeitura se encontra. E não conseguimos entender por que a dívida do Município, que é de 55 bilhões com a União, não vai ser renegociada. Parece que a Dilma já deu o parecer dela de que não haverá renegociação. Quer dizer, se a Presidenta, que tem a maioria no Congresso, diz “não”, é claro que não vai haver, como o Milton Leite havia falado aí.

São essas três questões: quanto que a Prefeitura tem em caixa no mercado financeiro; para onde que irá esse dinheiro dos 40 milhões do Deutsche Bank; e por que a Dilma e o Haddad não se entendem quanto à renegociação da dívida – porque teríamos aí 25 bilhões, mais da metade do Orçamento; dá meio orçamento a mais para São Paulo, que é importante.

É isso aí. A revolução somos nós. Obrigado. Parque Augusta já!

**O SR. LAERTE** – Laerte Brasil, presidente da Federação dos Trabalhadores e Empreendedores da cidade de São Paulo.

Participamos de todas as audiências públicas do PDE, e as nossas ações são isenções de impostos para as empresas se instalarem, tanto na zona Leste quanto na zona Sul. Isso foi uma das prioridades mais votadas pelos presentes em cada audiência. Aí o Sr.

Prefeito encaminhou a esta Casa o projeto da zona Leste, que foi votado aqui na Câmara Municipal. E está faltando o da zona Sul.

Agora, os corredores estão sendo mal planejados. Defendemos, sim, os corredores de ônibus, mas tem que ter um debate com os moradores e com os empreendedores sobre onde vão ser instalados os corredores. Por exemplo, o corredor de Sabará. Ali tem outras vias que dá para se desapropriar e manter o emprego naquela região para criar os corredores de ônibus, e, assim, traçando a cidade de São Paulo para o futuro. A cidade de São Paulo, desde a fundação da cidade, não teve um planejamento. Então essa é a tese que defendemos: que haja uma audiência pública entre os moradores e os empreendedores sobre onde serão instalados os corredores.

Quanto à dívida da cidade de São Paulo, 68% da dívida de São Paulo foi desviado pelos políticos corruptos, e esse dinheiro não foi investido em infraestrutura e políticas públicas para o município da cidade de São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com a palavra o Sr. Secretário para as considerações finais.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Respondendo a pergunta que foi feita primeiramente, a Prefeitura do Município de São Paulo, fechou 2012 com taxa, aproximadamente, de cinco bilhões e pouco. Deve apresentar em 2013 o número fechado, próximo de seis bilhões de reais. Esse recurso de seis bilhões reais é inteiramente, vinculado, tanto ao pagamento de restos a pagar quanto a determinadas operações urbanas, como Água Espreadas, Faria Lima e tal. São recursos que foram capitados, para isso e estão lá, que irá seguir o cronograma de utilização conforme esses investimentos. Eles não podem ser utilizados para outras coisas. Para utilizações específicas como, por exemplo, o Parque Augusta, as secretarias possuem suas próprias dotações orçamentárias, elas têm de utilizar. Elas precisam priorizar dentro do orçamento delas, o que elas querem fazer. É claro, que 100%

dos anseios não podem ser feitos. Então a secretaria tem de priorizar o que ela acha mais importante se fazendo dentro daquele ano.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Apenas para entender: recursos de operações urbanas, a poligonal das operações urbanas diversas que existem na Cidade de São Paulo, o Parque Augusta, ao meu conhecimento, não está dentro da área poligonal de investimentos, de intervenções de quaisquer operações urbanas em vigor, daquelas que dispõe recursos aplicados no mercado financeiro. É bom que se esclareça o seguinte: a pergunta é pertinente. Quanto tem? Tem cinco bilhões aplicados no mercado financeiro, esse é de operação urbana. Ela tem uma poligonal, que quando aprovado só pode ser investida dentro daquela poligonal. Dentro daquela mancha lá. Não tem nenhuma que cubra. Não pode ser feito. Nem na mancha de investimento. A operação urbana Água Espraiadas, Roberto Marinho, Operação Urbana Faria Lima, não podemos utilizar os recursos para o Parque. Ou seja, o dinheiro que está no mercado financeiro, é exclusivo para aquela, conforme a proposta, Cepac que foram feitos. Só podem ser aplicados lá. Se a Prefeitura do Município de São Paulo tivesse uma operação urbana, o parque estaria resolvido. Não tenho dúvida nenhuma. Estou aqui tentando dizer o seguinte, em outras palavras para o Secretário: o dinheiro da operação urbana para o caso do Parque Augusta não pode. Claro que gostaria de ver aquele parque implementado de alguma maneira, precisamos desse parque. Mas nessa solução e desse dinheiro, está no mercado financeiro, ele pertence a essas regiões específicas. Não pode ser investido fora. Gostaria que ficasse claro para a população de que se trata esse recurso.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Claro Sr. Presidente, e V.Exa. está coberto de razão. Com relação ao recurso Deutsche Bank, são aqueles 20 milhões de dólares, deve vir para a Prefeitura do Município de São Paulo, o montante de 18 milhões, um pedaço fica com o Ministério Público, enfim, tem umas destinações lá, esses 18 milhões de dólares, claro é uma ótima notícia para gente, que esse recurso venha. Ainda não temos, pelo menos, não tenho conhecimento ainda, da definição para onde irá esse recurso. Esse recurso

é um recurso de caixa, mas repito, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, ela tem uma dotação orçamentária específica dela, isso depende da locação de prioridades.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, novamente vou novamente, lhe auxiliar. Se a matriz, do desvio de recursos for Água Espriadas, ou seja, o fator gerador de Água Espriadas, só pode voltar para lá. Se o fato gerador do desvio do recurso foi aquela fonte, a menos que haja maior ou igual valor investido pelo Tesouro Municipal de fonte zero, zero, fonte de arrecadação de tributos da Operação Urbana Água Espriadas. Ai pode retirar esse valor. Não tenho esse balancete aqui. Mas se os recursos houverem no balanço geral, me parece que há, se houvesse dinheiro da Prefeitura, em outro momento, aplicou dinheiro na operação Água Espriadas, que não havia fundo de recurso, ela pode resgatar e trazer. Do contrário, ela só poderá investir no fato gerador. O fato gerador dele, investir esse dinheiro é Água Espriadas, não tenho dúvida. Se ele voltar para fora, volta ao Tesouro. A fonte zero, zero. Voltou no zero, zero, ele volta uma pirâmide de distribuição: 31% para educação, 20% para saúde e assim sucessivamente. Ele não pode ser destinado, pela lei orçamentária para uma única fonte. Mesmo que o Procurador, desculpe, data vênia o Sr. Procurador falar uma coisa dessa que lança uma falsa impressão orçamentária Qual seja? A indução de uma expectativa de erro. Que pode ser voltada para fonte zero, zero distribuída, respeitada a pirâmide de distribuição da receita que é: 31% da educação. 20% saúde, e assim sucessivamente, das receitas vinculadas, os demais, sim, poderia ser feito, com uma suplementação, remanejamento, sem remanescer. Vai sobrar ai, pelas minhas contas, cerca de nove, se esse dinheiro não for vinculado à fonte de origem geratriz dele, de uma operação urbana Água Espriadas. Ficou claro? Gosto de esclarecer, porque lá frente fica com a expectativa vão atrás dessa receita. Parece-me que qualquer das duas alternativas, o êxito dela, seria da ordem de nove milhões de reais, se a suplementação, o Sr. Prefeito destinar esses recursos para lá. Porque os demais ele não pode. São receitas vinculadas. A outra hipótese é que o dinheiro vá todo para a operação urbana.

Por favor, Sr. Secretário, para a considerações finais.

**O SR. ANTONIO PAULO GURGEL MEDEIROS** – Agradeço o convite e desculpar que o Secretário de Finanças não pode estar presente, enfim, espero tê-lo representado e estamos na Secretaria à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O senhor, como sempre, cortes veio aqui respondeu a contento. A pretensão era que permanecêssemos com um pequeno tempo, mas quando tenho a oportunidade de discutir a cidade de São Paulo, não podemos abrir mão dessa prerrogativa em nossos mandatos, de discutir as questões importantes da cidade. Vamos formular convites para que possamos discutir a cidade.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência publica que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscais.

Estão encerrados nossos trabalhos.

---